

## VALORIZANDO AS POSSIBILIDADES DE SABERES: ESTUDO DO PERFIL DOS ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, ASSISTIDOS PELO DEPARTAMENTO DE SUPORTE AO ALUNO

Giulia Alexandre Silva de Almeida <sup>1</sup>

Aline Cunha Gama Carvalho <sup>2</sup>

Vanessa do Amaral Tinoco <sup>3</sup>

Caroline Ferreira dos Santos <sup>4</sup>

### RESUMO

Este é um estudo quantitativo que teve como objetivo analisar o histórico e o perfil dos acadêmicos dos diversos cursos oferecidos por uma instituição filantrópica no município de Itaperuna RJ, que são assistidos pelo Departamento de Suporte ao aluno. Os acadêmicos foram selecionados e caracterizados como público alvo da educação especial sendo, a partir disso, analisados dados como sexo, idade, período, curso, patologias prevalentes, profissionais comumente envolvidos no processo inclusivo, e as condutas propostas pela equipe. Foram analisados os prontuários de 12 graduandos, sendo eles 06 homens e 06 mulheres, com idades entre 21 e 63 anos. Destes, 01 cursando o segundo período, 04 no terceiro período, 02 no quarto período, 03 no quinto período, 01 no sexto período e 01 no sétimo período. Os cursos nos quais os alunos estão inseridos são 03 em Engenharia Mecânica, 01 engenharia elétrica, 01 em Direito, 02 em Enfermagem, 03 em Fisioterapia, 01 em Fonoaudiologia e 01 em Arquitetura. As patologias foram TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), TAG (Transtorno de Ansiedade Generalizada), Burnout, Síndrome de Irlen, Depressão e Doença Congênita com visão subnormal, sendo as mais prevalentes: TAG e TDAH. Dos 12 alunos atendidos, 7 foram encaminhados a priori pelo professor, ao observar a necessidade especial do aluno. Profissionais como Psicólogo, Fonoaudiólogo e Pedagogo e Assistentes Sociais, foram os referenciados produzindo então propostas individuais e coletivas de atendimento multidisciplinar na IES (Instituição de Ensino Superior).

**Palavras-chave:** Educação especial, Suporte ao aluno, Perfil.

### INTRODUÇÃO

Os desafios do ensino superior no Brasil, para o século XXI, são imensos. O compromisso social implica lutar pela diminuição das desigualdades, pela extensão do acesso ao ensino, em todos os níveis, pelas melhores condições de ensino na própria Instituição de Ensino Superior. Portanto, o grande compromisso social, em última instância, consiste em incorporar os excluídos ou discriminados (FRIAS E MENEZES, 2008). Porém, a diversidade

1 Mestre pelo Curso de Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense – UFF, [giuliaalmeida@gmail.com](mailto:giuliaalmeida@gmail.com);

2 Aluna especial na Pós Graduação Cognição e Linguagem Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, [alinecgarvalho@yahoo.com.br](mailto:alinecgarvalho@yahoo.com.br);

3 Aluna especial na Pós Graduação Cognição e Linguagem Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, [galaxe5645@hotmail.com](mailto:galaxe5645@hotmail.com);

4 Aluna especial na Pós Graduação Cognição e Linguagem Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, [carolaf santos@hotmail.com](mailto:carolaf santos@hotmail.com).

humana é inquestionável e embora a Instituição de Ensino, seja um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, ela nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Portanto, é desafiador possibilitar um ambiente harmonioso e produtivo, diante das diferenças.

A educação inclusiva é um campo de convergências e de divergências, tem vindo a assumir-se num dos pontos centrais das políticas educacionais atuais, pretendendo operacionalizar a efetivação da educação de e para todos (JOAQUIM, 2010). Isto significa que as Instituições devem assumir o educar na e para a diversidade, garantindo a todos os alunos um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à educação.

Em relação à inclusão escolar, a Declaração de Salamanca (1994, p. 5) diz que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

Nas escolas, se pretende incidir sobre aquilo que acreditamos ser o processo de produção do que aparece como problema, como sintoma institucional. Como defende Foucault (1987), queremos ter acesso ao processo de produção daquilo que se tornou atributo individual do aluno. Queremos entender como se produz a exclusão no cotidiano escolar, de maneira a engendrar os alunos excluídos. Para isso, uma série de ações vão sendo pensadas na relação com educadores, pais, funcionários e próprio aluno.

Para fundamentarmos essa compreensão, é importante retomarmos o conhecimento das políticas públicas que legitimaram a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, que possibilitaram os alunos com deficiência almejem a Educação Superior. Sendo assim, podemos verificar que as modificações nas políticas públicas brasileiras relacionadas à escolarização de pessoas com deficiência podem ser consideradas a partir da Lei nº 9.394/1996 (1996), que normatiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em que um dos capítulos é dedicado à Educação Especial. Explicita-se que o atendimento educacional deve atender às necessidades específicas do aluno em todos os níveis de ensino, tendo o apoio especializado quando necessário (GARCIA, 2018).

Naturalizando os acontecimentos, desconsideramos seu caráter histórico, normalizamos o processo de produção de relações. Esse processo de normalização aprisiona a

diferença num sistema negativo. Comparativamente, o diferente não é normal, por não se aproximar do “ideal”; é a vida querendo se fazer presente. E enquadra-se porque domina uma maneira de ver o mundo onde diferenças têm de ser anuladas (MACHADO, 1994).

O trabalho de inclusão tem a característica de uma prática de cuidado que leve em consideração as particularidades dos sujeitos envolvidos. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar como se dá o processo de inclusão, analisando o perfil dos acadêmicos público alvo da educação especial, que são assistidos pelo departamento de suporte ao aluno, identificar as patologias mais prevalentes aos acadêmicos atendidos pela IES, descrever os atendimentos e profissionais envolvidos no processo inclusivo.

### **Processo de Produção dos desiguais**

Princípios fundamentais do processo de produção dos desiguais foram estabelecidos no ano de 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, que aconteceu em Salamanca, na Espanha, em que se destaca o direito de todos a uma educação de qualidade e que atenda a suas especificidades, cabendo aos sistemas educacionais elaborarem programas educacionais que favoreçam a aprendizagem, aprimorando a escola enquanto instituição que promove uma sociedade inclusiva. Essa proposta passa a valorizar a singularidade e não as dificuldades, repudiando o termo deficiência e passando a utilizar uma nova terminologia: Necessidades Educacionais Especiais. Esse documento teve um teor fundamental no que se refere à acessibilidade à educação, abolindo barreiras e ações discriminatórias (GARCIA, 2018).

Mediante dessa realidade, foi publicada a Portaria nº 1.679/1999 (1999), a qual “Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”. Nessa portaria, são estabelecidas as condições tanto em relação ao espaço físico (adaptações de edificações, mobiliários, equipamentos urbanos e espaços) e aos recursos materiais (adaptados a cada deficiência, ex: máquina Braille, eliminação de barreiras arquitetônicas, softwares específicos, entre outros) quanto aos recursos humanos (ex: intérprete de língua de sinais/língua portuguesa). Uma vertente a ser destacada, nessa Portaria, é a preocupação com o atendimento dos professores às especificidades de alunos com deficiência auditiva. Na tentativa de consolidar propostas inclusivas, no ano de 2011 foi publicado o Decreto nº 7.611, em que são estabelecidas as garantias da continuidade dos estudos aos alunos com necessidades educacionais especiais com todos os recursos que lhes

forem necessários (didáticos e pedagógicos), independente do nível, etapa ou modalidade de ensino em que se encontre (GARCIA, 2018).

Diante disso, vemos um compromisso das políticas públicas com a acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais, especialmente, na Educação Superior, encontramos mudanças importantes que levam a uma nova forma de conceber a educação, igualando as oportunidades e atendendo às diversidades.

### **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)**

A primeira evidência de registro do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade foi dado pelo médico escocês Alexander Crichton em 1798, no qual define: "Quando qualquer objeto de sentido externo, ou de pensamento, que ocupa a mente em tal grau que uma pessoa não recebe uma percepção clara de qualquer outro". Atualmente os principais sistemas classificatórios utilizados na medicina apresentam diretrizes diagnósticas semelhantes para o transtorno, sendo que a CID 10 (International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems, 10th Revision, 2010) apresenta a nomenclatura transtornos hipercinéticos; e o DSM V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders-5th edition, American Psychiatric Association, 2013) apresenta a nomenclatura transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (SIMIONE, 2018)

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma desordem do desenvolvimento psicomotor encontrado em crianças e adolescentes em idade escolar. As características associadas podem incluir baixa tolerância à frustração, irritabilidade ou labilidade do humor e também dificuldades com inquietação, desatenção, conseqüentemente afeta o aprendizado, falta de planejamento e impulsividade. Este transtorno gera impacto negativo no desempenho acadêmico, nas atividades sociais e laborais, por dificultar a realização de processos que envolvam esforço mental por determinado período de tempo (SIMIONE, 2018)

### **METODOLOGIA**

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa tendo como público investigado estudantes formalmente diagnosticados, assistidos pelo Departamento de Suporte ao Aluno, de uma IES sediada em um município do estado do Rio de Janeiro. Os itens analisados foram: sexo/gênero, idade, diagnóstico, profissional que fez o diagnóstico, curso,

período, profissionais que o assistem, condutas traçadas e se foi o professor quem percebeu o déficit e encaminhou para o setor de suporte. Dos 33 alunos assistidos pelo departamento, 12 tiveram suas fichas /prontuários acadêmicos analisados, os demais foram excluídos do presente estudo por já estarem formados. Foram selecionados todos os prontuários/fichas acadêmicas registradas no primeiro semestre de 2018, dos diversos cursos oferecidos pela IES. A primeira parte dessa pesquisa foi apresentada no CONAPI, em abril de 2019, sendo desenvolvida e concluída para o CONEDU.

## DESENVOLVIMENTO

A educação de alunos com necessidades educativas especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a Educação Inclusiva. Esta proposta ganhou força, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90 com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que entre outros pontos, propõe que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas, que a elas devem se adequar...”, pois tais escolas “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...”

Nas instituições especializadas o trabalho era organizado com base em um conjunto de terapias individuais (fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, etc ) e pouca ênfase era dada à atividade acadêmica, que não ocupava mais do que uma pequena fração do horário dos alunos (GLAT, 1989). A educação escolar não era considerada como necessária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles com deficiências cognitivas e / ou sensoriais severas. O trabalho educacional era relegado a um interminável processo de “prontidão para a alfabetização”, sem maiores perspectivas já que não havia expectativas quanto à capacidade desses indivíduos desenvolverem-se academicamente e ingressarem na cultura formal.

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Brasil, 2001, p. 1)

Conforme mostram Ferreira e Glat (2003), o movimento em prol da Educação Inclusiva, trouxe em sua gênese uma discussão sobre a finalidade da Educação Especial, mormente no seu excesso de especialização. A classificação de diferentes tipos de deficiências começou a ser colocada em segundo plano na definição geral de portadores de necessidades educativas especiais, ampliando-se aí o leque de alunos que deveriam receber algum tipo de suporte, já que agora considera-se, também, qualquer dificuldade escolar permanente ou temporária.

Neste contexto é que se descortina o novo campo de atuação da Educação Especial. Não visando importar métodos e técnicas especializados para a classe regular, mas sim, tornando-se um sistema de suporte permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos, bem como para seus professores. A Educação Especial, para se tornar concreta, não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos onde escola, colaboradores e professores, deverão dispor para atender à diversidade de seus alunos, identificando as diversas formas de saberes e valorizando-as.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Abordando o perfil dos entrevistados, observa-se que dos 12 prontuários analisados, 06 são indivíduos do sexo masculino e 06 do sexo feminino.

Dos cursos oferecidos, identificamos que 2 deles (fisioterapia e engenharia mecânica), empatam em número de alunos atendidos pelo departamento, 03 de cada, ou seja 25%.

A pesquisa apontou que 41,6% são alunos que estão entre o II e III períodos, 41,6% estão entre o IV e V períodos e 16,6% entre o VI e VII períodos, o que nos faz refletir sobre o avanço do curso mesmo com as dificuldades impostas pelo transtorno.

Sobre a faixa etária, 91,6% estão entre 21 e 25 anos.

Todos os alunos acompanhados pelo departamento, possuem laudo de especialistas, entre eles psiquiatra, psicólogo, neurologista e oftalmologista, sendo os psiquiatras (42%) os que mais realizaram os encaminhamentos.

Sobre os diagnósticos mais prevalentes, empataram com 34% o TAG e TDAH.

Os mecanismos utilizados para inclusão desses alunos, basicamente são instaurados nos pilares da adesão docente, que não só identifica e encaminha os alunos, mas o insere numa logística que possa favorecer o ensino aprendizagem, motivando-o a persistir, utilizando práticas de metodologias diferenciadas, o que favorece a diversidade de vias de aprendizagem. Nesse contexto, identificamos que 7 dos 12 atendimentos, foram encaminhados pelos docentes, que perceberam a necessidade dos alunos, através de suas dificuldades em sala de aula, o que contabiliza (59%).

O papel do professor para essa formação é fundamental, pois não se trata unicamente de transmitir conhecimentos, mas da forma que o faz e de sua relação com o saber. A forma de transmissão não se refere só a técnicas, por mais que essas sejam imprescindíveis, mas ao engajamento do professor, à sua cumplicidade com o aprendizado do aluno, isto é refere-se a princípios éticos (CROCKI *et al.*, 2009).

A participação docente foi um destaque uma vez que muitos dos alunos foram encaminhados após a observação e encorajamento dos mesmos e as condutas e o sucesso das propostas dependem da participação efetiva dos docentes, que vêm contribuindo com os manejos estabelecidos.

Das condutas propostas, destacam-se o planejamento dos estudos com o pedagogo, o atendimento coletivo com o fonoaudiólogo e seu trabalho de fitness mental, além das adaptações de provas com espaçamento maior, ou provas mais objetivas, em alguns casos, provas orais, de acordo com a necessidade e perfil de cada inclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa, foi possível evidenciar a necessidade de um olhar voltado para esse público, de uma abordagem diferenciada, que os aproxime das possibilidades dos saberes.

A inclusão não é só um movimento educacional, mas também político que vem defender o direito de todos os indivíduos de participarem de uma forma concreta, consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencie dos demais. No que tange a educação, garante o direito de desenvolverem suas potencialidades. Identificamos que a construção dessa rede de colaboração, onde professores identificam a necessidade do aluno, o encoraja e o encaminha para um departamento próprio,

que tenha a equipe multiprofissional aberta e preparada para atender todas as necessidades do discente, que o acolha e implemente ações, são essenciais e eficazes não só pelo caráter acadêmico, onde o aluno encontra-se capaz de acompanhar e assimilar todo conteúdo e integralizar todos os componentes curriculares, mas de sobremaneira conseguir superar seus limites aprender a lidar com suas limitações e integrar-se com os diversos alunos da classe.

Fica evidenciado com este estudo, que o engajamento da equipe multiprofissional e do próprio discente, leva a resultados concretos e palpáveis, possibilitando a conclusão dos seus ideais e, portanto, da realização da profissão.

## REFERÊNCIAS

GUERRA, Fatima Aparecida Alves. *Educação ambiental e empoderamento da pessoa com deficiência na universidade*, 2016. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Tecnologia, Limeira, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSID/305593>

Crochik, J. L., Freller, C. K., Dias, M. A. L. Fefferman, M., Nascimento, R. B., & Casco, R. (2009). Atitudes de professores em relação à educação inclusiva. *Psicologia, Ciência e profissão*.

SIMIONE, Renata Moraes. *Modificações no controle inibitório de indivíduos com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade submetidos a ETCC: ensaio clínico, randomizado, duplo-cego, cross over*. 2017. 60 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GARCIA, R.A., BACARIN, A.P.S., NILZA, S.T.L. *Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência*. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, 2018.

PEREIRA, S.M., LOURENÇO, L.M. *O estudo bibliométrico do transtorno de ansiedade social em universitários*. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 64 (1): 47-63, 2012.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

GLAT, R. Um enfoque educacional para a Educação Especial. Fórum Educacional, 9 (1), pg. 88-100, 1985.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Brasil. Ministério da Educação. Portaria ministerial n. 1.793, de 27 de dezembro de 1994. Brasília, DF, 1994a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: mar. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.